

**Transformações no mundo do trabalho,
economia solidária e sua relação com incubadoras sociais^o
(Transformations in the labour world, solidarity economy and its link with
the social incubators)**

Glenny T. D. Guimarães
Cleverton Maciel
Karen Eidelwein*

Resumo – As transformações contemporâneas nas relações de trabalho e no processo produtivo de acumulação do capital exigem que se pense em alternativas para os trabalhadores que se encontram fora do mercado de trabalho formal. Nesse sentido, as incubadoras sociais, geralmente implantadas por universidades, têm procurado voltar suas ações para trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de desenvolver empreendimentos de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária.

Palavras-chave – Incubadora social. Economia solidária. Responsabilidade social.

Abstract – The contemporary transformations in the work relations and in the productive process of capital accumulation urge to think about alternatives for the workers who are outside the labor market. Therefore, the social incubators, usually implemented by universities have tried to direct their actions towards workers in situation of social vulnerability with the objective to develop entrepreneurships of work and income creation in the perspective of solidarity economy.

Key-words – Social incubator. Solidary economy. Social responsibility.

Introdução

O advento da reestruturação produtiva acarretou uma série de transformações nas relações de trabalho, tais como: o desemprego estrutural e a transição de um modo de produção e organização do trabalho taylor-fordista para o modelo da acumulação flexível (Harvey, 1993). Tal modelo vem se caracterizando pela desregulamentação, flexibilização e

^o Artigo recebido em 28.11.2006. Aprovado em 11.06.2007.

* Glenny T. D. Guimarães – Professora Doutora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Porto Alegre/RS, Brasil. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Sociais e Processos de Trabalho do Assistente Social (NEPsTAS), e-mail: glenny@puers.br. Cleverton Maciel – Mestrando em Serviço Social/PUCRS, Porto Alegre/RS, Brasil. Assistente Social, integrante do NEPsTAS. Bolsista CNPq, e-mail: cleverton.maciel@hotmail.com. Karen Eidelwein – Doutoranda em Serviço Social/PUCRS, Porto Alegre/RS, Brasil. Psicóloga. Mestre em Psicologia Social e Institucional/UFRGS, Integrante do NEPsTAS e Bolsista CAPES, e-mail: karen@openbit.com.br.

precarização das condições de trabalho e dos direitos trabalhistas, colocando à margem do mercado de trabalho formal um contingente de trabalhadores de diferentes faixas etárias e níveis de escolaridade. Junto a isso, novas exigências de qualificação técnica e pessoal são feitas aos trabalhadores como condição de possibilidade de (re)ingresso no mercado de trabalho. Nesse sentido, o poder público propõe algumas ações em termos de políticas públicas de qualificação e programas de geração de emprego, trabalho e renda: as Políticas Públicas de Qualificação¹ e de Aprendizagem Profissional;² o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento³ e o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego.⁴ Tais iniciativas governamentais podem ser compreendidas como estratégias políticas e sociais que se articulam como respostas do poder público, em parceria com a iniciativa privada, à questão do desemprego.

A necessidade de se pensar em alternativas de inserção no mundo do trabalho, diante das transformações advindas no processo de acumulação do capital (que ocorre cada vez mais pela via da mais-valia relativa, em detrimento da absoluta) tem contribuído para o surgimento de inúmeras iniciativas de organização dos trabalhadores dentro de espaços conhecidos como Incubadoras Tecnológicas e Sociais, assim como através de associações e cooperativas dentro da perspectiva da Economia Solidária (ES). As ações no campo da ES têm se apresentado não somente como possibilidade de geração de trabalho e renda, mas também como uma outra forma de organização e de relações de trabalho, fundamentadas nos princípios do cooperativismo.

Entre as estratégias de sobrevivência, cabe destacar as diferentes alternativas de trabalho e geração de renda, inspiradas nos princípios da economia

¹ Está desafiada a assumir nova perspectiva frente às diretrizes do novo Plano Plurianual – PPA 2004-2007, que apontam para um modelo de desenvolvimento de longo prazo, para muito além de 2007, destinado a promover profundas transformações estruturais na sociedade brasileira. A ampliação da participação da sociedade na construção do PPA é um dos mais importantes aspectos que o caracterizam e diferenciam de procedimentos anteriores. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2006.

² É uma política pública de caráter permanente, que reúne a qualificação e a inserção em uma única ação. Ela é determinada pela Lei 10.097/2000, que foi regulamentada pelo Decreto 5.598/2005, e estabelece a obrigatoriedade de estabelecimentos de médio e grande porte, de contratarem jovens entre 14 e 24 anos como aprendizes. A carga horária desse jovem será dividida entre a empresa e uma instituição de qualificação que ministrará curso de aprendizagem. Tem como objetivo a qualificação socioprofissional e inserção desses jovens no mercado formal de trabalho. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2006.

³ Promove o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2006.

⁴ É um compromisso do Governo Federal com a sociedade brasileira para o combate à pobreza e à exclusão social, integrando as políticas públicas de emprego e renda a uma política de investimentos públicos e privados geradora de mais e melhores empregos. O objetivo do PNPE é contribuir para a geração de oportunidades de trabalho decente para a juventude brasileira, mobilizando o governo e a sociedade para a construção conjunta de uma Política Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. Disponível em: <www.mte.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2006.

solidária, para os excluídos do mercado de trabalho formal e informal. As novas formas de organizar o trabalho concretizam-se em cooperativas populares, em associações de produção e de consumo, em clubes de trocas, em recuperação de fábricas falidas promovidas por seus próprios trabalhadores, entre outras. São experiências recentes que visam essencialmente gerar possibilidades de renda para um contingente expressivo de trabalhadores, abrindo um espaço para a reinserção social e a promoção da cidadania daqueles sujeitos que integram essas ações (Gaivizzo, 2006, p. 34).

1 Reflexões sobre as transformações societárias e as incubadoras sociais

A partir da última década do século XX, o panorama empresarial, tanto no âmbito nacional quanto internacional, tem destacado a iniciativa das empresas ao implantar e executar práticas que atendam não só a questões tecnológicas, mas também a expressões da questão social, através de ações como responsabilidade social empresarial, voluntariado, ou através da implantação de incubadoras sociais, atendendo as necessidades de comunidades ao desenvolver projetos de geração de trabalho e renda. Na maioria das vezes, são as grandes empresas e as multinacionais que desenvolvem ações de responsabilidade social, pois estão preocupadas em transmitir uma imagem de organização voltada para o social; essas ações, no entanto, muitas vezes são concebidas através da dimensão da solidariedade ou do voluntariado e quantificadas através do balanço social.

O debate contemporâneo em torno do terceiro setor,⁵ da economia solidária, das mais diversas formas de organização não-governamental da sociedade civil tem buscado alternativas de ações sociais voltadas para a inclusão de populações excluídas pelo sistema vigente, uma vez que o mercado trabalha com um dualismo excludente entre formal/informal, qualificados/desqualificados.

As incubadoras sociais (IS) podem ser definidas, de acordo com seu objetivo e função, em: tradicional, de base tecnológica, mista, cultural, social, de agronegócios e setorial.⁶ Dentre as possibilidades, interessa destacar o trabalho desenvolvido pelas IS⁷ que voltam suas ações para comunidades com baixa renda e nível de escolaridade, ou seja, para pessoas que se

⁵ Conforme Kother, a proposta é de que as organizações do terceiro setor passem a ser chamadas de *organizações de economia social, geradoras de capital social*. Considera que “terceiro” traz um sentido pejorativo às ações desenvolvidas pelas fundações e demais organizações. “Hoje, se o mundo político tem uma economia política que atua com um capital político, e, se temos uma economia de mercado que gera o capital econômico, nada mais apropriado do que a área social ser denominada Economia Social, considerando suas características e abrangência, e que suas relações formem um capital social” (2006, p. 9).

⁶ Disponível em: <www.anprotec.org.br/idisc/htm/guias/definicao_do_foco.html>. Acesso em: 31 ago. 2006.

⁷ Estamos chamando de incubadora social todas aquelas organizações que objetivam um trabalho coletivo e voltado para suas comunidades, independentemente das várias nomenclaturas utilizadas.

encontram em situação de vulnerabilidade social, na medida em que lhes são reconhecidos, porém não lhes são garantidos os direitos de saúde, educação, moradia e renda, capazes de promover condições dignas de existência. Os empreendimentos decorrentes das IS podem se transformar em associações, cooperativas ou microempresas. Diante disso, a discussão centrar-se-á na incubação de empreendimentos que operem na perspectiva da economia solidária.

Ao se observar o processo de formação de uma Incubadora Social é possível identificar que muitas decorrem de iniciativas do campo público estatal, como no caso das incubadoras criadas e mantidas por Universidades Públicas, porém outras se constituem a partir da iniciativa de Universidades Particulares. Em ambos os casos, a existência de parcerias com o setor privado (empresas), assim como, com organizações não-governamentais de caráter público acaba sendo uma necessidade para o processo de incubação dos mais variados empreendimentos.

No que se refere à participação do setor privado – representado pelas empresas que servem como parceiras no desenvolvimento da proposta junto à comunidade, muitas considerações são pertinentes de serem feitas. A partir dos impactos da reestruturação produtiva do trabalho, empreendido por uma política basicamente centrada no econômico, uma das maneiras para que as empresas revejam os conceitos de suas ações, na produção junto ao seu público alvo, ao consumidor de seus produtos e serviços, é aproximando-se e participando de projetos sociais de geração de trabalho e renda, através da economia solidária.

O discurso empresarial contemporâneo refere que os objetivos de uma empresa não devem se limitar à geração de lucro, mas também desenvolver ações no campo social, além de considerar-se uma comunidade que valoriza seus próprios membros (Handy, 2005, p. 124-125). Dentro desta lógica discursiva, a empresa passaria a vivenciar e participar no seu contexto comunitário, assumindo responsabilidades junto ao setor público e terceiro setor; no entanto, sem responder efetivamente às expressões da questão social.

Da mesma forma, vale ressaltar a participação do terceiro setor que, a partir da abertura do mercado, da liberalização comercial, como um dos principais eixos da política neoliberal, explicitadas pelas medidas adotadas pelo governo a partir de 1990 (Beghin, 2005, p. 28-29), passa a assumir um caráter de complementação às políticas públicas obrigatórias do Estado. Em muitas situações, esse setor adota para si a responsabilidade, por exemplo, da política de atendimento da infância, como pode ser observado o grande número de escolas de educação infantil, em periferias, que estão sob a gestão de organizações do terceiro setor. No entanto, não se pode perder de vista a legitimidade do Estado em ser o responsável por manter

políticas públicas para tal atendimento, e não repassar tal ação de maneira completa ao terceiro setor.

O que realmente deveria estar acontecendo na fase atual é a participação mútua dos setores público, privado e do terceiro setor, cada um com sua base de responsabilidade, regulamentada pela esfera pública, a quem se destina a obrigação da legitimação de tais parcerias através do legislativo. Esse pensamento se aproxima de uma possível discussão sobre o impasse que o sistema econômico capitalista atual gera e que se implementa com mais força ao passar dos anos, deixando suas marcas, principalmente do desemprego, tendo em vista a reestruturação produtiva do trabalho, conforme já apontado.

A reestruturação produtiva das empresas visa a mudanças não só nos aspectos econômicos (como maior produtividade, maior qualidade de seus produtos, maior inserção no mercado, maior competitividade, etc.), mas também influenciam a necessidade de (re)estruturar os demais aspectos operacionais da empresa. Um desses aspectos diz respeito à relação da empresa com a comunidade local e sociedade, estabelecendo vínculos de responsabilidade social.

Estas características, nas últimas décadas do século XX, têm exigido um novo posicionamento das empresas no contexto social, econômico e político, para atender uma das exigências de abertura aos mercados internacionais, o que desencadeou necessária reestruturação no âmbito empresarial. Essas exigências, pois, requerem uma nova empresa, um novo conceito, um novo posicionamento, um novo trabalhador, um novo empresário, enfim, uma nova concepção de atuação empresarial, um novo modelo de organização social, com a finalidade de atender as exigências do modo de produção de acumulação flexível.

A abertura dos mercados internacionais, decorrente do processo de globalização, pode parecer invisível aos olhos das pessoas, mas se materializa, por exemplo, no momento da compra de um produto, o qual passou por um processo de produção, desde sua fabricação até a chegada ao consumidor, que se utilizou de técnicas e da participação de matéria-prima e serviços desenvolvidos em diferentes nações. Dessa forma, bem pontua Stortti quando refere que a “globalização, na prática, acontece quando as empresas, estados, municípios, ou mesmo o país, numa decisão estratégica, buscam identificar oportunidades para seus povos e para suas economias” (1995, p. 26).

Essas transformações repercutem na realidade brasileira, entre outros aspectos, na relação Estado/Empresa. O Estado, ao não dar conta desta demanda, acaba abrindo um espaço para a organização da sociedade civil e empresarial atuar junto às expressões da questão social. Para subsidiar esta organização, transfere às empresas, em forma principalmente de

incentivos fiscais, parcela dessa responsabilidade. No entanto, o papel da empresa, através da responsabilidade social, não deve ser entendido como uma substituição da responsabilidade do Estado em atender as demandas sociais através das políticas públicas.

Nesse sentido, cabe destacar uma reflexão: é inegável a importância de as empresas e do terceiro setor atuarem junto à questão social.⁸ A proposta de implantação de incubadoras sociais busca aliar os conhecimentos tecnológicos, geralmente associados às Universidades, com o conhecimento sobre a questão social, objeto de intervenção dos assistentes sociais. Uma proposta que oportuniza aos trabalhadores se inserirem nas relações de troca do mercado, através de um trabalho com a comunidade, ou seja, uma proposta de inclusão social.

2 Economia solidária no contexto do mundo do trabalho

A economia solidária não se apresenta como um campo novo de trabalho, uma vez que suas origens históricas remontam ao período do capitalismo industrial, como uma “reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção” (Singer, 2002, p. 24). As conseqüências da 1ª Revolução Industrial na Grã-Bretanha (êxodo do campo para a cidade, formação do proletariado moderno e exploração sem limites legais do trabalho nas fábricas), junto ao longo ciclo de guerras provocado pela Revolução Francesa e à depressão econômica que se abateu sobre o país referido logo após esse período, contribuíram para o fortalecimento das idéias de Owen, considerado o pai do cooperativismo.

O desenvolvimento das idéias de Owen (limitar a jornada de trabalho e proibir o emprego de crianças, construindo escolas para as mesmas; construção de aldeias cooperativas) não visavam apenas encontrar alternativas para melhorar as condições de trabalho dentro das fábricas ou para (re)inserir os trabalhadores na produção, possibilitando-lhes ganhos e, através desses, poder de consumo, mas propunham “uma mudança completa no sistema social e uma abolição da empresa lucrativa capitalista” (Cole, apud Singer, 2002, p. 26). Desta forma, pode-se dizer que o cooperativismo, em seu início, tinha a pretensão de se configurar em um modo de produção alternativo ao capitalismo. Tal período, denominado de “cooperativismo revolucionário”, configura a origem histórica da economia solidária.

Procurando centrar a discussão da economia solidária nos tempos atuais e dentro do contexto brasileiro, as primeiras referências na literatura brasileira sobre experiências neste

⁸ Questão social, segundo Iamamoto, são as múltiplas expressões das desigualdades sociais produzidas pelo modo de produção capitalista (2004, p. 37).

campo datam do início da década de 1990 (Lechat, 2002).⁹ Desde então, passaram-se mais de 10 anos e o número de pessoas envolvidas em empreendimentos de economia solidária aumentou consideravelmente. Situação compreensível diante do processo brasileiro de reestruturação produtiva a partir de fins dos anos de 1980. A importância significativa dessas organizações fez com que, em junho de 2003, fosse criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)¹⁰ e que, durante os anos seguintes, fosse realizado o mapeamento¹¹ da ES no Brasil com o “objetivo de proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas”.

Inúmeras experiências desenvolvidas têm sido relatadas (Bonamigo, 2002; Dill, 2001; Singer e Souza, 2003; Favero e Eidelwein, 2004) e contribuído para se pensar sobre a importância, os desafios, as dificuldades e as conquistas das organizações de trabalhadores dentro da ES. A concretização de um trabalho cooperativo dentro de uma nova racionalidade da troca solidária (Abdalla, 2002) que busca a cooperação para a emancipação dos sujeitos e não para sua submissão aos interesses econômicos das grandes corporações e do mercado financeiro apresenta-se como um grande desafio. Trabalhar dentro dessa perspectiva implica (des)construir relações interpessoais, educativas, sociais e econômicas dentro de uma lógica diferente das relações instituídas ao longo da sociedade capitalista.

O desafio de voltar-se para os interesses coletivos sem anular os sujeitos singulares, a partir de relações de reciprocidade e mutualidade, implica mudança na visão de mundo dos sujeitos que se inserem nesses espaços. A proposta não é que a ES opere de maneira funcional ao sistema capitalista, quando consideramos o ideário neoliberal de auto-organização para inserção no mercado. Compreende-se que, na medida em que os empreendimentos de ES se apresentam como uma estratégia de enfrentamento do desemprego e da desigualdade social, uma vez que possibilitam aos grupos se inserirem nas relações de produção e trocas sociais, podem estar justamente atendendo à demanda atual de que os trabalhadores têm a liberdade de se inserirem no mercado, sendo os únicos responsáveis por tal processo. Porém, embora tal situação seja inerente à condição dos empreendimentos solidários, uma vez que se constituem

⁹ Palestra intitulada “As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil”. Disponível em: <www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc2.doc>. Acesso em: 21 set. 2006.

¹⁰ Com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário.

Disponível em: <www.mte.gov.br/empregador/EconomiaSolidaria/default>. Acesso em: set. 2006.

¹¹ Para o trabalho de mapeamento, foi desenvolvido o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). Atualmente os resultados do mapeamento podem ser visualizados no Atlas da Economia Solidária no Brasil. Disponível em: <www.mte.gov.br/empregador/EconomiaSolidaria/default.asp>. Acesso em: set. 2006.

dentro da lógica do capital, os mesmos, a partir de seu funcionamento, podem articular forças que os signifiquem enquanto estratégia de resistência e enfrentamento à desigualdade inerente do sistema, promovendo o desenvolvimento de consciências críticas capazes de pulverizar a lógica capitalista com vistas à construção de formas de organização social menos excludentes e mais solidárias.

“A solidariedade na economia só pode realizar-se caso ela seja organizada *igualmente* pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a *associação* entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (Singer, 2002, p. 9). Em uma cooperativa de produção, protótipo da empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela de capital, adquirindo o mesmo direito de voto em todas as decisões. No caso da existência de diretores, esses são eleitos por todos os sócios e respondem a eles por seus atos. Não há uma relação patrão-empregado e não há competição entre os sócios. Se a cooperativa progredir, todos ganham por igual e se for mal, todos participam por igual nos prejuízos e nos esforços para saldar as dívidas. Neste tipo de proposta, o trabalhador tem maior ingerência sobre seu trabalho e participa ativamente das decisões que envolvem planejamento, execução e finalização do processo produtivo.

Nesse aspecto, cabe pensar os espaços das Incubadoras Sociais como de fundamental importância para o desenvolvimento de novas habilidades de relacionamento interpessoal; aquisição de informações e construção de conhecimentos que possibilitem ressignificar a relação com o trabalho; ampliação da visão e compreensão crítica da realidade social, e construção de formas participativas democráticas na direção de relações sociais mais justas que não visem apenas à (re)inserção no campo da produção econômica, mas mudanças de ordem estrutural.

3 Importância das incubadoras enquanto proposta de geração de trabalho e renda

O trabalho desenvolvido por Incubadoras Sociais encontra-se vinculado à concepção de cidadania, uma vez que se volta para a capacitação técnica de comunidades de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social, com vistas ao desenvolvimento de projetos de geração de trabalho e renda. Apresenta-se como uma proposta concreta de inclusão social que visa à inserção de pessoas nas relações de trabalho no mercado, aproveitando idéias originais da comunidade local na qual se insere a incubadora, através de redes coletivas.

[...] É construir, hoje, políticas e modelos de formação e de incubação para estimular a emergência do novo trabalhador empreendedor como agente social econômico da economia solidária, na medida em que esse possa se organizar de forma coletiva em redes cooperativas ou na forma de redes de trabalhadores autônomo e microempreendedores (Bocayuva, 2006, p. 18).

De uma forma geral, no Brasil, a ênfase ainda tem sido para as incubadoras tecnológicas¹² lideradas por universidades que têm por compromisso socializar o conhecimento de forma que universidade e sociedade se tornem parceiras na transformação social. As universidades têm procurado se tornar centros de excelência, para além da transmissão do conhecimento, mas também por ações voltadas para projetos inovadores e de repercussão para a comunidade em geral, assumindo seu papel estrutural, organizado no tripé: ensino-pesquisa-extensão. Desta forma, extrapola seus muros e viabiliza o acesso à informação, ao saber e aos direitos sociais. Nesse sentido, a implantação de incubadoras sociais é uma das ações que atendem a este propósito, na medida em que oferecem aos trabalhadores informais, desempregados, uma oportunidade de construção de alternativas que possibilitem o acesso ao mercado de trabalho na perspectiva da conquista de direitos sociais.

A incubadora social de comunidade tem como finalidade o fortalecimento local de comunidades, municípios e cidades, através da formação de empreendedores e da geração de empreendimentos com uso de tecnologia social [...], criando um ambiente que beneficia toda a comunidade em diversos aspectos, principalmente na qualidade de vida, cidadania e visão de mundo (Instituto Gênese, 2006, p. 1).

A proposta da incubadora, enquanto ação universitária¹³ tem uma dimensão ética, política e cultural, na medida em que coloca o conhecimento técnico-científico à disposição da população vulnerabilizada. Não deve ser compreendida como uma imposição do saber

¹² São inúmeras as incubadoras empresariais de base tecnológica existentes no Brasil; atualmente, no Estado do Rio Grande do Sul, são: IETEC – Incubadora Empresarial Tecnológica de Porto Alegre – da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; CEI-II – Centro de Empreendimento do Instituto de Informática – UFRGS; CECY – Incubadora Empresarial do Instituto Cecy Leite Costa – Porto Alegre; IETNH – Incubadora Tecnológica de Novo Hamburgo – FEEVALE; IETINGA – Incubadora Empresarial da Restinga – Prefeitura Municipal de Porto Alegre; ITACA – Incubadora Tecnológica de Alimentos e Cadeias Agro-industriais; ITC – Incubadora Tecnológica da CIENTEC – Porto Alegre; ITEC – Sociedade Incubadora Tecnológica de Caxias do Sul; ITSM – Incubadora Tecnológica de Santa Maria; IECAN – Incubadora Empresarial Tecnológica de Canoas – LA SALLE; UNITEC – Unidade de Desenvolvimento Tecnológico da UNISINOS; ITSLU – Incubadora Tecnológica de São Lucas; IECBIOT – Incubadora Empresarial do Centro de Biotecnologia – Porto Alegre; CAE – Centro de Aceleração Empresarial – Porto Alegre; ITACA – Incubadora Tecnológica de Alimentos e Cadeias Agroindustriais; ITM – Incubadora Tecnológica de Medicamentos; ITR – Incubadora Tecnológica de Reciclagem; ITH – Incubadora Tecnológica Héstitia; ITIF – Incubadora Tecnológica do Instituto de Física; IECBICT – UFRGS; ITL – Fundação Liberato Novo Hamburgo; ITESLU – ULBRA, Sapucaia do Sul; IT Design – CIENTEC – Cachoeirinha; RAIAR – Incubadora Multissetorial de Empresas de Base Tecnológica da PUCRS – Porto Alegre (site: www.tecnopole.palegre.com.br).

universitário, mas uma possibilidade de valorizar o potencial que existe nas comunidades e de criar alternativas coletivas na construção de empresas sociais que viabilizem a inserção no mercado. Desta forma, também contribui para o debate das políticas públicas e sociais, na proporção em que se torna uma das alternativas para a classe trabalhadora no combate ao desemprego e à exclusão social. Vários são os exemplos de incubadoras sociais no Brasil, vinculadas a Universidades, das quais destacamos Brasília e Rio de Janeiro.¹⁴

A Universidade de Brasília (UnB), em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, especificamente através da Secretaria de Inclusão Social, desenvolve um projeto voltado para a economia solidária, chamada de Incubadora Social e Solidária.

Voltada para grupos de empreendedores organizados em cooperativas, associações ou outras formas de empreendimentos de participação coletiva na perspectiva da economia solidária, nos princípios do cooperativismo, na autogestão e na preservação do meio ambiente, gerando trabalho, ocupação e renda [...] as propostas deverão ter como objetivo o desenvolvimento de inovações de produtos, serviços e processos, por empreendimentos sociais e solidários, focados na inclusão social, na geração de trabalho, ocupação e renda.¹⁵

Outro tipo de exemplo é desenvolvido pelo programa de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com uma proposta de geração de renda através de cooperativas populares, chamada de Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP.

O tipo de empreendimento já incubado, segundo os ramos de atividade é: limpeza geral, limpeza hospitalar, construção civil, hotelaria, eletricidade, portaria, alimentação, transporte, costura, saúde, etc.

A hipótese de fomentar alternativas de geração de trabalho e renda a partir da criação de cooperativas populares aponta para um embate em torno de iniciativas solidárias de maior vulto. A difusão de uma cultura cooperativista com perspectiva autônoma, democrática, coletiva e popular coloca-se como princípio organizativo inteiramente novo no universo empresarial-produtivo brasileiro. O contexto de afirmação de novos atores sociais em rede e do protagonismo das empresas social-coletivas soma-se ao debate nacional sobre princípios de gestão empresarial e construção pública de mercados. Desde o início de suas atividades, a ITCP adentra o campo do debate sobre reorientação estratégica do modelo de desenvolvimento do país, a partir do

¹³ “Atualmente existem 21 Universidades no Brasil que possuem incubadoras tecnológicas de cooperativas populares” (Azevedo et al., 2006, p. 1).

¹⁴ Além dos exemplos da Universidade de Brasília (UnB) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), também cabe mencionar o trabalho da Universidade Católica de Pelotas (UCPel) e da Universidade de Campinas (UNICAMP) através das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

¹⁵ Disponível em: <<http://incubadora.cdt.unb.br>>. Acesso em: set. 2006.

engajamento na questão da chamada economia solidária (Bocayuva, 2006, p. 5).

Fora do âmbito das universidades, na cidade de Porto Alegre/RS, a Prefeitura Municipal, através da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) subsidia três incubadoras empresariais – a Tecnológica (IETEC), a da Restinga (IETINGA) e da Mulher (IEMULHER). Essa última parece ser a que mais se aproxima da perspectiva de uma incubadora social, uma vez que tem o objetivo de fomentar empreendimentos de natureza associativa, autogestionários e formados por mulheres que necessitam de local para desenvolver suas atividades e que não possuem condições para potencializar suas ações.¹⁶ Dessa forma, também se faz importante o papel dos poderes públicos em nível federal, estadual e municipal em acolher, apoiar, desenvolver e promover os grupos de trabalhadores que buscam alternativas de geração de trabalho e renda.

4 A relação entre empresas e incubadoras sociais

A caridade ou filantropia perpetuam os processos de exclusão social, e a cidadania dá acesso àquilo que é de direito ao sujeito. Assim, segundo Dallari (1998, p. 14),

a cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social.

É importante que se destaquem a responsabilidade e o dever de toda a empresa em prestar contas de suas operações financeiras, como forma de medição do seu desempenho financeiro e contábil, a fim de, por meio da realização de um Projeto Social, vincular a isenção fiscal de acordo com sua contribuição social, ou seja, produzir bens e serviços que sejam de necessidade da sociedade. Isso é demonstrado a partir do balaço social.

Dentro dos conceitos de empresa, existem objetivos diferenciados. Alguns empresários expressam o simples e único objetivo pela geração de lucro, voltando a esse seu único fim. Porém, outros são mais abrangentes e buscam valorizar a relação social da empresa com a sociedade consumidora de seus bens e serviços e com a comunidade onde está situada.

¹⁶ A Incubadora Empresarial da Mulher desenvolve atividades de cedência de módulo, cursos de capacitação profissional, gerencial e mercadológica, eventual cedência de equipamentos e apoio à comercialização. Disponível em: <www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em: set. 2006.

Quase 60 anos depois, o europeu Arie de Geus, que escreve sobre questões de administração, argumentou que as empresas morrem porque seu alto escalão se concentra na atividade econômica de produzir bens e serviços e esquece que a verdadeira natureza de sua organização é ser uma comunidade formada por gente. Ao que parece, nada mudou (Handy, in *Harvard Business Review*, p. 126).

O exposto até aqui pode formar o arcabouço para definir a necessidade de relação das empresas com as incubadoras sociais. Tal aproximação poderá contemplar para a empresa um vínculo mais forte com a instituição universitária, que tem sido a proponente das incubadoras, e com a comunidade em geral. Esse vínculo com a Universidade possibilita aproximar-se a produção de novos conhecimentos, muitas vezes para abordar problemas vivenciados pelas empresas, como o caso da falta de postos de trabalho formal. Com a comunidade, a relação da empresa poderá estreitar-se através do fomento aos empreendimentos oriundos das incubadoras sociais, ponto de referência da expressão da responsabilidade social empreendida pelo setor privado.

A alternativa de relação do setor privado com as propostas sociais vem ao encontro da necessidade de estreitamento das relações sociais, tendo em vista o amplo e complexo contexto das expressões contemporâneas da questão social. Porém, as formas com que essa relação acontece merecem especial atenção na elaboração das propostas de incubação, uma vez que o Estado, responsável por atender às expressões da questão social oriundas da reestruturação produtiva gerada pelas empresas privadas, não tem conseguido assumir integralmente tal responsabilidade. Desta forma, convoca as empresas a desenvolverem ações que visem atender as necessidades da população, dentro de um movimento contraditório onde, ao mesmo tempo em que contribuem na geração da desigualdade social, as empresas devem desenvolver ações que visem justamente combater a desigualdade.

Nesse sentido, observando a responsabilidade imbricada a cada uma das referidas parcelas da sociedade (setor público, privado e sociedade civil organizada), novas formas de organização são emergentes para o enfoque das empresas em seus programas filantrópicos/sociais, tanto no sentido de objetivos quanto de metodologia a ser desenvolvida para alcançá-los. Torna-se conveniente a alternativa de, nessa abordagem das relações empresariais com projetos sociais, como o proposto pela incubadora social, atender ao mesmo tempo interesses não só da empresa mas também da sociedade (Kramer e Porter, 2005, p. 139). Mais adiante, referem os mesmos autores:

De um lado, a competitividade moderna, baseada em conhecimento e tecnologia, depende cada vez mais da capacitação da força de trabalho. Do

outro, as empresas hoje dependem mais de parcerias locais: dependem de terceirização e colaboração de instituições e fornecedores locais mais que de integração vertical; trabalham de forma mais integrada com clientes e, na área de pesquisa e de desenvolvimento, recorrem mais a institutos de pesquisa e universidades locais (Kramer e Porter, p. 140).

A participação da empresa no desenvolvimento de uma IS parte desde as discussões sobre as ações a serem abordadas pela comunidade (onde a proposta está se incubando) até o financiamento de material, maquinários, sua relação política com a nova instituição geradora de ES. O princípio a operar na situação é de pleno envolvimento para tornar todos os atores sujeitos ativos do processo de implantação da proposta, uma forma que efetivará a responsabilidade imbricada em cada um.

Considerações finais

Este artigo propôs destacar e trazer reflexões sobre a importância do trabalho de implantação de incubadoras sociais que vem sendo feito, principalmente, através das universidades. Porém, este debate suscita uma série de questionamentos e controvérsias na medida em que a proposta de incubação por si só está diretamente vinculada ao modo de produção capitalista que centra seus interesses primordiais na economia, no mercado e no lucro, gerando alguns questionamentos: Como é possível defender os interesses da classe trabalhadora a partir de uma lógica empresarial, considerando o caráter contraditório de suas ações? Qual a qualidade e quantidade de apoio que as incubadoras sociais de fato têm conseguido disponibilizar aos empreendimentos que dentro delas se formam? Os empreendimentos gerados têm conseguido se manter no mercado após desvincularem-se das incubadoras? A perspectiva da economia solidária tem sido desenvolvida dentro dos grupos de trabalho?

Ao considerar estas questões, busca-se demonstrar que, na área social, o processo de trabalho é marcado por interesses contraditórios, mas que é possível se apresentar como uma das alternativas para combater os efeitos do neoliberalismo, utilizando-se dos mesmos elementos, só que com outra estratégia e interesses: criar alternativas de inclusão social, colocando à disposição recursos tecnológicos a serviço do social. Portanto, não se trata de negar os interesses ideológicos e capitalistas, mas de tirar proveito a favor da classe trabalhadora.

Pode-se apontar com interesses em que à defesa de direitos sociais, como saúde, educação, assistência social, lazer etc., estejam sendo trabalhados nos grupos incubados, bem

como as prerrogativas legais na constituição de uma personalidade jurídica para formalizar diante do mercado e da sociedade, as propostas implementadas. Visa também discutir com as esferas públicas sua participação no “pontapé” inicial do processo e no apoio a ele, quanto à efetivação das propostas incubadas. Possibilita a aproximação do setor privado ao seu segundo produto, a exclusão e a desigualdade através da reestruturação do processo produtivo, exigindo uma reflexão mais concisa sobre tal produto, uma vez que estará diretamente afetado quando houver aumento excessivo da pobreza e da descapitalização social. Refere-se a uma proposta que objetiva a possibilidade de integração da sociedade em seus diversos segmentos e, ainda, à criação de alternativas efetivas de geração de trabalho e renda.

Sendo assim, os empreendimentos incubados não devem ser pensados apenas como atividades populares (de corte e costura, marcenaria, pintura, padaria, artesanato, etc.), uma vez que correm o risco de apenas reproduzir a divisão sociotécnica do trabalho. Desta forma, permanece o desafio de criar incubadoras sociais que resgatem, valorizem e promovam a cultura, o saber e os direitos de uma classe já espoliada pelo capital, de forma que as propostas de geração de trabalho e renda estejam associadas a uma tecnologia de ponta a serviço do social. Tal desafio poderia ser assumido pela PUCRS através da criação de uma incubadora tecno-social, a partir de uma parceria entre a Incubadora RAIAR e a Faculdade de Serviço Social e demais Unidades de Ensino interessadas, visando integrar os conhecimentos tecnológicos e sociais a favor dos trabalhadores em situação de vulnerabilidade social.

Referências

ABDALLA, Maurício. *O princípio da cooperação – em busca de uma nova racionalidade*. São Paulo: Paulus, 2002.

AZEVEDO, Alessandra de; OLIVEIRA, Luiz José Rodrigues de; BALDEÓN, Nguyen Tufino. *Incubadora Tecnológica de Cooperativas – ITCP x Incubadora de empresas de base tecnológica – IEBT – diferenças e semelhanças no processo de incubação*. 2006 Disponível em: <www.itcp.unicamp.br-site-downloads.htm>. Acesso em: 23 set. 2006

BEGHIN, Nathalie. *A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito*. São Paulo: Cortez, 2005.

BOCAYUVA, Pedro Cláudio. *O que é incubadora social*, 2006. Disponível em: <www.genesis.puc-rio.br/genesis/main.asp?View=%7B873A0DAA-A4A0-42F8-850A->>. Acesso em: 15 ago. 2006.

BONAMIGO, Carlos A. *Pra mim foi uma escola – o princípio educativo do trabalho cooperativo*. Passo Fundo: UPF, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.

DILL, Irmã Lourdes. Os desafios atuais no mundo do trabalho. In: BENTO, Maria A. S.; CASTELAR, Marilda (Org.). *Inclusão no trabalho: desafios e perspectivas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001, p. 105-114.

FAVERO, Eveline; EIDELWEIN, Karen. Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 35-40, set./dez. 2004.

GAIVIZZO, Soledad Bech. *Limites e possibilidades da economia solidária no contexto das transformações do mundo do trabalho: a experiência da incubadora de cooperativas populares da Universidade Católica de Pelotas*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Dissertação de Mestrado, 2006.

HARVARD BUSINESS REVIEW. *Ética e responsabilidade social nas empresas*. Tradução Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: <www.ethos.org.br>. Acessado em: 18 abr. 2006.

INSTITUTO GÊNESIS. Disponível em: <www.genesis.puc-rio.br/genesis>. Acessado em: 31 maio 2006.

KOTHER, Maria Cecília Medeiros de Farias. Economia social: a realidade de hoje. In: *Jornal da FIJO*, PUCRS: Fundação Irmão José Otão, 2006.

LECHAT, Noëlle M. P. *As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil*. Disponível em: <www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc2.doc>. Acesso em: 21 set. 2006.

SINGER, Paul. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul; SOUZA, André R. de. *A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto, 2003.

STORTTI, Maurênio. *Globalização: mitos e verdades*. Porto Alegre: SENAC/DR/RS, 1995.

TECNOPOLE. Disponível em: <www.tecnopole.palegre.com.br>. Acessado em: 10 abr. 2006.